

CONTRIBUIÇÕES DE PABLO GONZÁLES CASANOVA E ANÍBAL QUIJANO PARA PENSAR SOCIEDADE, CULTURA E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA.

Luis Augusto Ferreira Saraiva y Nathália Vince Esgalha Fernandes.

Cita:

Luis Augusto Ferreira Saraiva y Nathália Vince Esgalha Fernandes (2017). *CONTRIBUIÇÕES DE PABLO GONZÁLES CASANOVA E ANÍBAL QUIJANO PARA PENSAR SOCIEDADE, CULTURA E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/339>

CONTRIBUIÇÕES DE PABLO GONZÁLES CASANOVA E ANÍBAL QUIJANO PARA PENSAR SOCIEDADE, CULTURA E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA¹

Autor 1 - Nathália Vince Esgalha Fernandes

nathaliavef@gmail.com

Universidade de Brasília

Autor 2 - Luís Augusto Ferreira Saraiva

luisferrarafilos@gmail.com.

Universidade de Brasília

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal e CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as investigações sobre o estudo do colonialismo interno a partir das visões de Pablo Gonzáles Casanova e Aníbal Quijano, em que estes dois teóricos questionam as bases sócias do projeto de colonização da América Latina. Deste modo, os dois autores apresentam críticas ao sistema mundial, a globalização e sobre a relação de dependência que a América Latina tem em relação ao centro sobre as culturas Hegemônicas. Também confluem, na essência, nas suas ideias sobre democracia. Pablo González Casanova, ao analisar a democracia e o desenvolvimento econômico no México afirma que estes dependem do Estado e suas dinâmicas do poder entre diferentes grupos sociais. Para Aníbal Quijano a democracia é um sistema de negociação institucionalizada dos limites, de condições e das modalidades de exploração e de dominação, cuja figura institucional também é o moderno Estado Nação. Analisando a obra dos dois autores podem-se perceber muitas similitudes, especialmente ao lugar de fala de ambos teóricos, ambos preocupam-se com o futuro da América Latina e a visão que a mesma possui de si, encarando o Eurocentrismo e o Etnocentrismo visões que perpassam, especialmente as elites dominantes e regem as relações sociais e de poder no continente tendo consequências graves na democracia e na emancipação dos povos latinoamericanos. Ambos teóricos irão discorrer sobre o sistema mundial, a globalização e a relação de dependência que a América latina tem com relação ao centro do poder mundial. Ao comparar o conjunto de obras nota-se que ambos vão falar sobre das relações de cultura e etnicidade, pois a própria constituição cultural e identitária dos povos latino americanos vão influenciar sobremaneira o continente e esta análise, apesar de elaborações distintas na obra dois autores, ela aproxima-se em sua essência. Em Casanova, a sociedade plural é consequência do desenvolvimento colonial, e das formas pelas quais um povo dominou e explorou o outro, sendo o racismo e a segregação racial, da mesma forma que em Quijano, essencial à exploração colonial o que segue reforçando suas essas relações desiguais com processos discriminatórios. Por fim, de mais importante analisamos que para ambos os autores democracia e o desenvolvimento econômico dependem do Estado e suas dinâmicas do poder entre diferentes grupos sociais, tanto dentro das estruturas de

poder como incorporar plenamente os desfavorecidos e da luta nacional contra os efeitos negativos exercidos pelo centro mundial do poder, que é eurocêntrico. Presenciamos hoje, na América Latina, um novo movimento de lutas pela democracia. Essas lutas ocorrem em meio a uma crise de proporções mundiais. Em geral, o desfecho das crises corresponde a fenômenos de expropriação, nacionalização e socialização de capitais ou de maior presença de capital monopólico com privatizações e desnacionalizações.

Palavras-chave: Anibal Quijano, Pablo Gonzales Casanova, Teoria Social Latino Americana, Colonilidade

ABSTRACT

The present article aims to analyze the investigations on the study of internal colonialism from the visions of Pablo Gonzales Casanova and Anibal Quijano, in which these two theorists question the social foundations of the colonization project of the Latin America. Thus, the two authors present critiques of the world system, globalization and the relationship of dependence that Latin America has in relation to the center over Hegemonic cultures. They also come together, in essence, in their ideas about democracy. Pablo González Casanova, when analyzing the democracy and the economic development in Mexico affirms that these depend on the State and its dynamics of the power between different social groups. For Anibal Quijano, the democracy is an institutionalized system of negotiation of the limits, conditions and modalities of exploitation and domination, whose institutional figure is also the modern Nation State. Analyzing the work of the two authors, one can many similarities, especially to the place of speech of both theorists, both are concerned with the future of Latin America and the vision that it has of itself, facing Eurocentrism and Ethnocentrism visions that permeate, especially the dominant elites and govern relations social and power relations on the continent with grave consequences for democracy and the emancipation of Latin American peoples. Both theorists will discuss the world system, globalization and the relationship of dependence that Latin America has with regard to the center of world power. When comparing the set of works it is noted that both will talk about the relations of culture and ethnicity, because the very cultural and identity of the Latin American peoples will greatly influence the continent and this analysis, despite two different authors in the work, it approaches in its essence. In Casanova, plural society is a consequence of colonial development, and of the ways in which one people has dominated and exploited

the other, being racism and racial segregation, just as in Quijano, essential to colonial exploitation, which continues to reinforce their unequal relations with discriminatory processes. Finally, more importantly, we analyze that for both authors, democracy and economic development depend on the state and its dynamics of power between different social groups, both within power structures and fully incorporate the disadvantaged and the national struggle against the negative effects exerted by the world center of power, which is Eurocentric. Today, in Latin America, we see a new movement of struggles for democracy. These struggles occur amid a crisis of global proportions. In general, the outcome of crises corresponds to phenomena of expropriation, nationalization and socialization of capital or a greater presence of monopoly capital with privatizations and denationalization.

Key words: Anibal Quijano, Pablo Gonzales Casanova, Latin American Social Theory, Coloniality

Introdução

O presente artigo tem como fim apresentar contribuições chave de Pablo González Casanova e Aníbal Quijano, levantando pontos em comum nas ideias principais dos pensamentos dos dois autores, especialmente no que concerne continuidade das práticas colonialistas, as estruturas chaves de poder inconscientes que se reproduzem na América Latina. Os dois autores apresentam críticas ao sistema mundial, a globalização e sobre a relação de dependência que a América Latina tem em relação ao centro sobre as culturas Hegemônicas. Os autores também desenvolvem de maneira similar as suas ideias sobre democracia e seus reflexos para a constituição da mesma na região.

O artigo está dividido em duas partes, na primeira apresentaremos as ideias do Pablo Gonzales Casanova, Sociólogo e político mexicano, que escreve sobre a sociologia da exploração e o conceito de colonialismo interno. A segunda parte tratará sobre as contribuições de Aníbal Quijano, sociólogo peruano que desenvolve o conceito de colonialidade do poder colocando a divisão e segregação racial como essencial à exploração colonial o que hodiernamente segue reforçando suas essas relações desiguais com processos discriminatórios.

A conclusão do trabalho tratará de realizar as aproximações entre os aportes dos dois autores, identificando que a democracia e o desenvolvimento econômico dependem do Estado e suas dinâmicas do poder entre diferentes grupos sociais, constatando os a importância do pensamento destes autores para a superação dos problemas da América latina hoje.

Pablo González Casanova e a sociologia da exploração

Pablo González Casanova em sua obra concentra sua atenção nas relações de exploração e opressão que se reproduzem na continuidade das práticas colonialistas, e nas relações sociais do cotidiano das nações latino-americanas, sendo elas inconscientes ou conscientes. Ele define ao longo de seu trabalho a sua proposta de democracia e mudança social: qualquer solução democrática tem que considerar as relações de exploração e de colonialismo interno, se quiser abordar a construção de uma sociedade democrática. Para ele Colonialismo interno e relações sociais de exploração são as estruturas chaves de poder existentes que determinam as bases dos regimes políticos na América Latina. O autor pensa a colonização em vários níveis nos quais a colonização pode ser evidenciada ao nível local e a nível global, Pablo Casanova entende a colonização como uma relação, de maneira intrínseca, enxergando-a em outros processos não só econômicos e políticos, como culturais, abrindo vários flancos de pesquisa. Sendo um processo completo, faz-se necessário então, essa —descolonização da vida cotidiana. Mas para tanto é preciso esclarecer previamente quais são as relações sociais de domínio existentes e quais são as futuras relações que devem presidir os projetos de conteúdo democrático na América Latina.

O método dialético é indispensável na construção de suas categorias e remete a análise de Marx tentando mostrar como as relações jurídicas e as diversas formas de Estado podem ser entendidas através das condições materiais de existência em sua totalidade. Casanova estuda conceitos de colonialismo interno e relação de exploração, no período em que seus contemporâneos concentram-se mais entorno do debate da dependência versus modernização, o que distancia um pouco os estudos teóricos. Trabalha com as categorias de poder, desenvolvimento e riqueza, e entende ser necessário a incorporar nesse debate a categoria de exploração, pelos seguintes motivos:

En la mejor tradición científica liberal y empirista se manejan con lenguaje técnico y método sofisticados los conceptos de desigualdad, disimetría y desarrollo. El estudio de estos conceptos no es solamente útil para destacar sus vínculos con un sistema de valores, sino para advertir las diferencias que estos valores tienen respecto a los característicos del concepto de explotación. Si el primer objetivo puede mostrar una vez más a los sociólogos empiristas, que toda investigación científica del hombre está ligada a valores, incluida la que ellos practican, el segundo puede justificar el estudio específico del fenómeno de la explotación, en tanto que tiene características distintas (CASANOVA. 1976, p,12).

Casanova lança mão de uma Sociologia da exploração para compreender as facetas desse mundo em desenvolvimento, respondendo às crises que ocorrem na maioria dos países da América Latina. Sob as relações sociais de domínio e exploração, as categorias básicas provenientes da sociologia do poder mudam seus significados.

Poder, desigualdade e desenvolvimento são agora parte integrante de um processo mais amplo que as integra e redefine a sociologia da exploração. Nesse contexto das desvantagens da exploração, a desigualdade aparece como um fenômeno natural e social, cultural e religioso, que pode legitimar o mundo realmente existente.

Hoje, vivemos em um mundo no qual a luta de classes foi influenciada, no qual a exploração acontece sem efeitos diretos e lineares na luta de classes, e no qual as insurreições não levam de imediato às revoluções, e nem estas parecem viáveis se não conseguem construir suas próprias mediações pacíficas na sociedade civil, no sistema político e no Estado-nação correspondente, o que é incerto, ainda que por motivo algum seja impossível e em qualquer projeto minimamente humanista desejável. (Casanova, 2002, p.142)

Casanova, então concretiza sua proposta teórica concedendo o caráter de colonialismo interno às relações sociais de exploração que se produzem entre a sociedade branca e mestiça e os povos indígenas do México, colocando em evidência os limites de um poder político fundamentado em relações sociais de exploração.

Colonialismo interno

Sobre o colonialismo interno Casanova explica essa noção só pode surgir através do grande movimento de independência das antigas colônias. O processo funcionou da seguinte forma: Quando as colônias conseguem sua independência, suas estruturas não mudam subitamente. As classes altas, em especial a burocracia estatal reproduziram a opressão típica dos senhores estrangeiros cujos domínios destruíram e exploraram.

Assim, a estrutura colonial e o colonialismo interno se diferenciaram da estrutura de classes, não sendo apenas uma relação de domínio e exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos bens de produção e seus colaboradores, mas uma relação de domínio e exploração de uma população (com diferentes classes, proprietários, trabalhadores) por outra população que também tem diferentes classes (proprietários, trabalhadores) (CASANOVA, 2002, p.240-241). Observando o México o autor percebe o colonialismo interno como um instrumento de análise com várias funções explicativas e práticas:

O colonialismo interno corresponde a uma estrutura de relações sociais de domínio e exploração entre grupos culturais heterogêneos, diferentes. Se alguma diferença específica diz respeito a outras relações de domínio e exploração (cidade, campo, classes sociais) é a heterogeneidade cultural que historicamente produz a conquista de uns povos por outros e que permite falar não apenas de diferenças culturais (que existem entre a população urbana e rural e nas classes sociais), mas também de diferenças de civilização. (CASANOVA, p.240-241)

Há três princípios fundamentais do colonialismo interno: o primeiro é que o Colonialismo interno está presente em todas as dimensões, quais sejam, na economia, na política, na sociedade e na cultura; o segundo o seu desenvolvimento na história dos “*Estados-Nação*” e do capitalismo; e o terceiro como ele se relaciona às estratégias contra hegemônicas. Casanova ainda afirma:

1. O colonialismo interno é umas das provas mais concludentes das limitações do mercado nacional, do trabalho assalariado, do desenvolvimento pleno da burguesia.
 2. As lutas abertas ou veladas contra o imperialismo ou contra a super exploração imperialista são outra prova das limitações do desenvolvimento pleno da burguesia.
- Os efeitos políticos do colonialismo interno e o imperialismo, são óbvios, embora não tenham sido suficientemente estudados (CASANOVA. 1967, p. 172)

No sentido das lutas a estreita relação de forças é percebida cada vez mais pelos grupos, etnias, nacionalidades e povos que lutam contra o poder das oligarquias e burguesias nos mais diversos níveis seja ele local, nacional, internacional ou as empresas transnacionais. Sinalizando uma apreensão crítica da sociedade, onde é necessária uma busca de autonomia e novas formas de desenvolvimento social possuindo como legado as experiências anteriores dos estados sociais-democratas, dos populistas ou desenvolvimentistas e do socialismo de Estado.

Com fins de identificar o fenômeno, Pablo Casanova arrola uma série de características dos que são oprimidos por esse colonialismo, e as apontam semelhantes aquelas produzidas pelo fenômeno da conquista sobre populações nativas que não foram exterminadas na época da Conquista.

1) habitam em um território sem governo próprio; 2) encontram-se em situação de desigualdade frente às elites das etnias dominantes e das classes que as integram; 3) sua administração e responsabilidade jurídico-política concernem às etnias dominantes, às burguesias e oligarquias do governo central ou aos aliados e subordinados do mesmo; 4) seus habitantes não participam dos mais altos cargos políticos e militares do governo central, salvo em condição de —assimilados; 5) os direitos de seus habitantes, sua situação econômica, política social e cultural são regulados e impostos pelo governo central; 6) em geral os colonizados no interior de um Estado-nação pertencem a uma —raça distinta da que domina o governo nacional e que é considerada —inferior, ou ao cabo convertida em um símbolo —libertador que forma parte da demagogia estatal; 7) a maioria dos colonizados pertença uma cultura distinta e não fala a língua —nacional (CASANOVA, 2005)

Para González colonialismo interno ainda, está diretamente ligado aos processos de conquista, no qual as populações são exterminadas e formam parte de um Estado colonizador e depois, em outro momento, fazem parte do Estado que conseguiu independência formal, onde os povos que são minorias e foram colonizados sofrem as mesmas condições das forças coloniais e neocoloniais em nível internacional. O colonialismo interno é uma problemática que extravasa o colonialismo/neocolonialismo e é reproduzido pelos Estados-Nação independente sejam estes de caráter imperialista neoliberal, sejam os de caráter socialista, causando profundos efeitos na democracia.

A democracia no México constitui um ponto de inflexão no desenvolvimento da sociologia latino-americana e no surgimento da sociologia do pensamento próprio da região. A Imitação das democracias clássicas é um desafio para o México, pois ele tem outra configuração histórica e uma grande heterogeneidade de povos e minorias que devem ser considerados nessa democracia, problemas que a democracia clássica não teve de enfrentar.

Nesse contexto Casanova aponta diversos problemas com a Democracia clássica, e aponta a necessidade de não limitar-se à representação, ela é importante, mas está longe de ser o único índice de vontade soberana do povo (CASANOVA, 2002 p.167). Afirma ainda que estamos acostumados a falar de democracia sem pensar na dependência no império e no imperialismo que oprimem os povos e as nações. (CASANOVA, 2002, p.168). Para o autor atualmente a democracia é falha e algumas populações encontram

problemas de efetivação, os problemas arrolados por Casanova são as mesmas características dos oprimidos pelo colonialismo, explicitadas na citação acima.

Portanto, na visão de Casanova, quando se fala em desenvolvimento, é necessário que se tenha em mente, uma política global, que rompa com as medias que incrementaram a dinâmica da desigualdade. O México para ele não se desenvolveu inteiro dentro do capitalismo - Para Pablo, o México nos anos cinquenta e sessenta não era um país capitalista, mas sim pré-capitalista e por isso um México pré-democrata. A ampliação do voto ou sua limitação, obedecem ao nível do desenvolvimento burguês em cada sociedade. Nas regiões onde o desenvolvimento da burguesia é maior, o sufrágio é mais respeitado; naquelas que o sufrágio é menor e onde subsistem e predominam as formas pré-capitalistas de produção, o sufrágio é menos respeitado.

Para o autor enquanto subsistir no México uma estrutura semi-capitalista, um colonialismo interno e um processo de cooptação de líderes camponês e operário pela liderança política burguesa, seria difícil obter êxito nas lutas que tem como objetivo final a construção e a consolidação da democracia no México. Afirma que a existência de uma sociedade plural que impedisse uma expressão política uniforme. Quanto mais pobre é uma sociedade, maiores a chances de uma classe tratar a população das classes baixas como vulgares, inferiores entre os outros adjetivos.

Casanova percebe uma das elites com relação ao povo o México, a forma que a classe dominante se relacionava com a classe dominada teve um teor paternalista, autoritário, que contribuiu para dificultar o desenvolvimento da democracia. Outro obstáculo está na tendência que a população dos estados mais baixos da sociedade tinha de ter atitudes mais democráticas no campo econômico e autoritários no campo da política. Isto se explica se pensa e observa que os estratos baixos participam menos de reuniões e organizações formais, lêem menos livros e revistas, tem menos informações sobre assuntos públicos; estão afastados do controle das assembléias, das controvérsias políticas, das organizações, o que os impede de conhecer e praticar as normais de tolerância, e provocar-lhes uma apatia em relação a instituições que desconhecem ou não controlam, apatia que deriva em autoritarismo nas explosões sociais (CASANOVA. 1967, p.191) E tem uma máxima que sintetiza a questão:

Ninguém pode ignorar que nem basta implantar formalmente a democratização nos países subdesenvolvidos para acelerar o desenvolvimento, nem estes têm o porquê imitar todas e cada umas das formas de democracia: a democracia mede-se pela

participação do povo na renda, na cultura e no poder, e tudo o mais é folclore democrático ou retórica (CASANOVA, 1967, p.205).

Para Casanova, a luta pela democracia, quer dizer, da participação do povo no conjunto dos processos de tomada de decisões, de distribuição de renda e acesso aos bens culturais se vê enriquecido pelo conjunto de mudanças que se sucedem, modificando continuamente o sentido e a orientação contingente do projeto democrático.

Colonialidade e pluralidade étnica

Na obra de Casanova ele estuda o comportamento das instituições que trabalha a partir de modelos ocidentais importados, como as instituições democráticas por exemplo. Na Europa os modelos políticos que são construídos são resultados do contato direto entre a experiência e o pensamento político, e a partir desse contexto surgiram às instituições e técnicas próprias de cada país. Já nos países em subdesenvolvimento, a criação de um sistema político tem como mediador um pensar alheio da qual nos apropriamos por imitação e ajuste.

Já em uma segunda questão, a importância se encontra no fato que desde era colonial e com a independência, os países subdesenvolvimento tiveram como problema vital a penetração ou domínio das grandes potências sobre seu território e poder econômico.

Nesse âmbito, há dois objetivos importantíssimos que o autor gostaria que fossem alcançados pelos intelectuais dessas nações: denunciar o quanto as grandes potências dominaram e exploraram suas nações e criar mecanismo de incentivo e descoberta das forças nacionais e traçar quais eram os obstáculos que lhes eram impostos pelo sistema imperialista.

Casanova diferencia a estrutura colonial e o colonialismo interno da estrutura de classes porque não é apenas relação de dominação e exploração de trabalhadores pelos proprietários dos bens de produção, mas uma relação de domínio e exploração de uma população com suas diferentes classes, proprietários e trabalhadores, por outra população que também tem suas diferentes classes. Pablo Gonzáles mostra que a noção de Colonialismo não é exclusivamente um fenômeno internacional, mas também intranacional, que para a compreensão da forma como a guiada o desenvolvimento se

torna cada vez mais importante a concepção interna das consequências desse peculiar colonialismo.

A sociedade colonial é plural, que tem como característica a coexistência de distintas culturais, formação política e a desigualdade em termos econômicos. Portanto, a sociedade plural é fruto do contato de duas civilizações, uma tecnicamente mais avançada e outra mais atrasada, e que a sociedade plural é consequência do desenvolvimento colonial, que caracteriza as relações típicas do europeu evoluído e do indígena arcaico, e as formas pelas quais, um domina e explora o outro, reforçando suas relações desiguais com processos discriminatórios.

A estrutura colonial está estreitamente vinculada à sociedade plural, ao desenvolvimento desigual e as formas de exploração combinadas, simultâneas e não sucessivas, como o modelo clássico do desenvolvimento (CASANOVA. 2002). A heterogeneidade técnica, institucional e cultural coincide com uma estrutura na qual as relações de domínios e exploração são relações entre grupos heterogênicos, culturalmente diferentes. O racismo e a segregação racial essencial à exploração colonial de uns povos por outros, tendo como consequência uma configuração peculiar no desenvolvimento e da cultura colonial.

O colonialismo interno constitui mais um obstáculo para a inserção da população marginal no sistema de classe, mostrando a luta de classe como se fosse uma luta racial. Portanto, conceito de colonialismo interno, tem o propósito, de explicar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, nas quais as leis de mercado e a escassa participação e organização política atuam simultaneamente a favor de uma dinâmica da desigualdade e contra o processo de igualitarismo do desenvolvimento.

Anibal Quijano e a Colonialidade do poder

Quijano se propõe a analisar algumas implicações da colonialidade do poder na América Latina. A colonialidade do poder é definida pelo autor como o revés da modernidade, o fator determinante do processo de eurocentramento do poder capitalista mundial. A Europa se redefiniu enquanto identidade quando do contato com a América, apelidada de Novo Mundo, que satisfez o papel de —outro necessário como contraponto para o estabelecimento das fronteiras do que é ser europeu. Esse formato mundial, eurocêntrico, e colonial/moderno que verificamos hoje é um padrão de poder que foi

configurado nos primeiros séculos de dominação e determinação das relações de poder sobre a América.

O capitalismo, define Quijano, também só se consolida como estrutura mundial de poder a partir deste contato, que possibilita a formação de um padrão de dominação/exploração/conflito, articulado em torno do eixo capital-trabalho mercantilizado. Quijano define Eurocentrismo como a perspectiva de conhecimento associado à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. Do ponto de vista eurocêntrico, reciprocidade, escravidão, servidão e produção mercantil independente são todas percebidas como uma sequência histórica prévia à mercantilização da força de trabalho.

O mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização europeia ou ocidental. Desse mito se origina a especificamente eurocêntrica perspectiva evolucionista, de movimento e de mudança unilinear e unidirecional da história humana. Tal mito foi associado com a classificação racial da população do mundo. Nas palavras do autor.

O êxito da Europa Ocidental em transformar-se no centro do moderno sistema-mundo, [...], desenvolveu nos europeus um traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais da história, o etnocentrismo. Mas no caso europeu esse traço tinha um fundamento e uma justificação peculiar: a classificação racial da população do mundo depois da América. A associação entre ambos os fenômenos, o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, naturalmente superiores. Essa instância histórica expressou-se numa operação mental de fundamental importância para todo o padrão de poder mundial, sobretudo com respeito às relações intersubjetivas que lhe são hegemônicas e em especial de sua perspectiva de conhecimento: os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como a suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa (MIGNOLO, 1995; BLAUT, 1993; LANDER, 1997 apud QUIJANO, 2005,p 05).

Porém, notavelmente, não numa mesma linha de continuidade com os europeus, mas em outra categoria naturalmente diferente. Os povos colonizados eram raças inferiores e – portanto – anteriores aos europeus (QUIJANO, 2005, p.05).

Deste modo percebemos os Elementos mais importantes do eurocentrismo que aparecem na obra de Quijano:

a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado, tradicional-moderno, etc.) e um evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado de natureza à sociedade moderna europeia;

b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a ideia de raça; e

c) a distorcida relocalização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é não-europeu é percebido como passado. Todas estas operações intelectuais são claramente interdependentes. E não teriam podido ser cultivadas e desenvolvidas sem a colonialidade do poder.

A experiência histórica demonstra, contudo, que o capitalismo mundial está longe de ser uma totalidade homogênea e contínua. Fato que cria um novo dualismo, com a contraposição entre o europeu/ não europeu, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete.

Quijano na sua argumentação escreve sobre o Estado-Nação, para ele, Nações e Estados são um velho fenômeno. O Estado-nação é a sociedade nacionalizada e por isso politicamente organizada como um Estado-nação. Implica as instituições modernas de cidadania e democracia política, com uma estrutura de poder específica, e também produto do poder. A diferença definidora entre os processos que chegaram a culminar e afirmar Estados-nação modernos e os que não o fizeram reside no modo e na medida de suas respectivas relações com a colonialidade do poder.

No primeiro caso, a colonialidade do poder não esteve imediatamente presente nos espaços de dominação nos quais foram levados a cabo processos de democratização das relações sociais. A colonialidade do poder, não obstante, esteve e está de todo modo ativa. A concentração dos processos de democratização e nacionalização dos Estados modernos na Europa ocidental até o século XX, explica precisamente, a imposição mundial da colonialidade do poder.

O eurocentrismo do modelo colonial/ capitalista de poder não se deveu somente à posição dominante na nova geografia do mercado mundial, e sim, sobretudo, à classificação social básica da população mundial em torno da ideia de Raça.

Portanto, a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial. Eixos fundamentais do novo padrão de poder: A codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça; e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. Neste ponto, Quijano caracteriza a

globalização como produto de um processo de colonialismo iniciado na constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça. Quijano fala da formação de relações sociais fundadas na ideia de raça com uma referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, posteriormente desenvolvida em supostas diferenças biológicas, e que, na América, teriam produzido novas identidades sociais (índios, negros e mestiços) e redefinido outras. Essas identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes. Raça e identidade racial como instrumentos de classificação social básica.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista, uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Afirma a raça como um instrumento de dominação social universal, (assim como o gênero), como um modo básico de classificação social universal da população mundial.

Para a divisão racial do trabalho que Quijano discute, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular: os índios com o extermínio, a servidão; os negros com a escravidão; e por fim, os espanhóis e portugueses com o trabalho assalariado. A adstrição de todas as formas de trabalho não remunerado às raças colonizadas, originalmente índios, negros e de modo mais complexo, os mestiços, na América e mais tarde às demais raças colonizadas no resto do mundo, oliváceos e amarelos. E, segundo, na adstrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os brancos.

Posto que a experiência do racismo moderno pela qual as majoritariamente pessoas africanas, indígenas e seus remanescentes passaram partiu da construção de um sistema de trabalho compulsório – a escravidão - impulsionado pela idealização de homem e de centralidade europeia em que consistia na subjugação de outros seres para a permanência de uma economia capitalista pautada na circulação de mercadorias. Tal movimentação econômica que percorreu o Atlântico apresentava em sua estrutura elementos de violência, de abuso excessivo da mão-de-obra e da dupla condição (sujeito/objeto) a qual ser africano e indígena passava.

A Europa, navegando por horizontes acima, após atravessar as barreiras tecnológicas e geográficas que a levariam ao — Novo Mundo, encontra no sistema escravista a sustentação de sua economia colonial estabelecendo assim, por longo tempo

durante o século XVI ao XIX seu monopólio marítimo comercial nas colônias Americanas ao Sul e ao Norte.

É neste espaço que se constrói então ideia de raça como justificativa classificatória para denominar todos aqueles —não-europeus como seres inferiores. Estes seres inferiores seriam em sua grande parte as populações do continente africano e indígenas da América Latina que tiveram sua humanidade questionada e conceituada em teorias racistas de caráter biológico, teológico e econômico.

Democracia na América Latina

Anibal Quijano também fala de democracia, para ele, a democracia é um sistema de negociação institucionalizada dos limites, das condições e das modalidades de exploração e de dominação, cuja figura institucional é o moderno Estado Nação. A ideia de igualdade jurídica e política dos desiguais nas demais áreas da existência social é a base desse sistema, o que implica na secularização burguesa; nas lutas entre o novo modelo de poder e a —ordem antiga pela distribuição do controle da autoridade coletiva; e nas lutas pela distribuição de recursos no período de capital competitivo.

Na confluência de ideias de igualdade social, de liberdade individual e de solidariedade social torna-se público a admissão de que todos igualmente têm possibilidade de participar do controle do trabalho e da autoridade coletiva. A democracia se estabelece aqui como símbolo da modernidade. As relações sociais passaram a ter um caráter novo: sua intersubjetividade marcada pelo domínio dessa nova racionalidade e sua materialidade marcada pelo mercado capitalista. Assim a Democracia é vista como conflito de interesses: interesses sociais versus. interesses dominantes.

Para Quijano o voto é entendido majoritariamente como instituição exclusiva definidora da democracia. A relação entre políticas estatais e votos, não pode ser explicada separadamente da "globalização" do atual processo de reconcentração do controle da autoridade pública, que reduz ou busca reduzir toda participação política dos cidadãos que não seja pelo voto, para fazer possível a atuação local, nem sempre muito oculta, de um tipo de governo mundial tecnocrático ou —transgovernança.

Não se pode concordar que a democracia esteja precisamente em curso de expansão e de afirmação mundial. Muito pelo contrário, o desenvolvimento estrutural de poder colonial/ capitalista no mundo exige que os espaços democráticos na sociedade sejam reduzidos, porque esses espaços implicam necessariamente, uma distribuição

igualmente do acesso e controle do trabalho, seus recursos e seus produtos, do sexo, da subjetividade e em primeiro lugar do conhecimento.

A racionalidade eurocêntrica foi um dos fundamentos centrais da legitimação mundial das ideias de igualdade social, de liberdade individual e de solidariedade social. Para Quijano, enquanto o capitalismo for o eixo central do atual modelo de poder mundial, com processos que necessariamente irão agudizando suas atuais necessidades ou interesses, suas necessidades de dominação, principalmente política e cultural, serão impelidas na mesma direção.

Modernidade e desafios na América Latina

Quijano transversalmente em sua obra fala de um novo padrão de poder mundial e nova inter-subjetividade mundial, as novas identidades geoculturais, são o estabelecimento de um traço comum do (etnocentrismo), que têm como conseqüências diretas: 1º expropriação das populações colonizadas; 2º repressão da produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade; 3º imposição aos colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa.

O autor afirma que os Europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, fomentaram a ideia de que eram os modernos, o mais avançado da espécie. Dessa forma Quijano diagnostica que esse pensamento vem o papel hegemônico que desempenham, revelando a pretensão Eurocêntrica europeia.

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensa-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie (QUIJANO, 2005, p.111).

Nesse ponto podemos sintetizar que o novo com relação à modernidade na obra de Quijano é a ideia de que com a América inicia-se todo um universo de novas relações materiais e intersubjetivas.

Conclusão

Analisando a obra dos dois autores podem-se perceber muitas similitudes, especialmente ao lugar de fala de ambos teóricos, ambos preocupam-se com o futuro da América Latina e a visão que a mesma possui de si, encarando o Eurocentrismo e o Etnocentrismo visões que perpassam, especialmente as elites dominantes e regem as relações sociais e de poder no continente tendo consequências graves na democracia e na emancipação dos povos latino-americanos.

Ambos teóricos irão discorrer sobre o sistema mundial, a globalização e a relação de dependência que a América latina tem com relação ao centro do poder mundial. Ao comparar o conjunto de obras nota-se que ambos vão falar sobre das relações de cultura e etnicidade, pois a própria constituição cultural e identitária dos povos latino americanos vão influenciar sobremaneira o continente e esta análise, apesar de elaborações distintas na obra dois autores, ela aproxima-se em sua essência. Em Casanova, a sociedade plural é consequência do desenvolvimento colonial, e das formas pelas quais um povo dominou e explorou o outro, sendo o racismo e a segregação racial, da mesma forma que em Quijano, essencial à exploração colonial o que segue reforçando suas essas relações desiguais com processos discriminatórios.

Em Quijano o argumento racial é central, pois parte da dominação social que consiste, antes de tudo, na classificação social e básica da população do planeta em torno da ideia de raça e em relação à qual se redefinem todas as formas anteriores de dominação, especialmente o modo de controle do sexo, da intersubjetividade e da autoridade; e apesar das críticas de temporalidade da questão racial nas ciências que lhe fazem alguns autores, a estrutura de dominação e a explicação da apropriação que o capitalismo faz da categoria raça para justificar a dominação seguem um raciocínio lógico na obra do autor.

Um ponto importante a ser destacado nesta comparação é que ambos vão compreender que a dinâmica da discriminação tem um papel econômico-social na vida a população residente dos países estudados, a exploração, categoria tão analisada por

Casanova, aparece aí não somente com o componente de luta social, mas também como um componente que se soma à luta social não resumindo-se à ela, mas com o mesmo resultado no que concerne à estratificação social. Casanova orienta suas análises para três tópicos que ajudarão a compreender de forma esclarecedora as estruturas que serviram de alicerce do modelo mexicano. 1ª) A relação da estrutura política formal comparado com a estrutura real de poder; 2ª) A relação de poder nacional com a estrutura de poder internacional e 3ª) a relação da estrutura de poder com a estrutura social, com

os estratos e classes sociais. Uma diferença entre os autores analisados é a relação modernidade-dependência, para Quijano ideia de modernidade e o eurocentrismo que ela gera é central para as relações de dependência da América Latina. Ainda para Quijano (2005), a elaboração intelectual do processo de modernidade associado a tais dinâmicas produziu uma perspectiva de conhecimento que reforça o caráter colonial versus moderno, capitalista e eurocentrado desse padrão mundial de poder. A partir do discurso eurocêntrico, as noções dualistas de capitalismo versus pré-capitalismo, civilização versus barbárie e evolução versus atraso, dentre outras, justificaram a hegemonia européia no nascente sistema-mundo moderno não somente no plano da dominação política e do ordenamento econômico, mas também em todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e sua produção.

Já Pablo Gonzáles Casanova mantém um distanciamento do debate modernização dependência, o auto-reelabora um pensamento próprio que lhe é característico até hoje. O compromisso político, e a proposta teórico-metodológica confluem na luta pela democracia e na erradicação das relações de exploração do homem pelo homem.

Por fim, de mais importante analisamos que para ambos os autores democracia e o desenvolvimento econômico dependem do Estado e suas dinâmicas do poder entre diferentes grupos sociais, tanto dentro das estruturas de poder como incorporar plenamente os desfavorecidos e da luta nacional contra os efeitos negativos exercidos pelo centro mundial do poder, que é eurocêntrico. Presenciamos hoje, na América Latina, um novo movimento de lutas pela democracia. Essas lutas ocorrem em meio a uma crise de proporções mundiais. Em geral, o desfecho das crises corresponde a fenômenos de expropriação, nacionalização e socialização de capitais ou de maior presença de capital monopólico com privatizações e desnacionalizações. O Estado é o poder de dispor da economia. A partir do panorama social na América Latina explicitada pelos dois autores em suas obras, concluímos que a questão chave é conceber descolonização de nossa própria visão intelectual, das nossas instituições criando projetos de emancipação social para alcançar o desenvolvimento institucional e social almejado.

Referências bibliográficas

CASANOVA, Pablo G (2002). Colonialismo interno (uma redefinição). IN: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO.

_____ (2002). Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina. Petrópolis: Editora Vozes.

_____ (1976). A democracia no México. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LANDER, Edgardo (2005). Ciências Sociais: Saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Buenos Aires: CLACSO.

QUIJANO, Aníbal (2005). —Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Buenos Aires: CLACSO.

_____. Modernidad, identidad y utopía en América Latina. Lima: Sociedad y Política, 1988.

_____ (2005). Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina.. Estudos avançados 19.55 , 9-31.

_____ (1992). Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. Estudos Avanzados 6.16,73-80.

SILVA JÚNIOR, José Antônio da. (2013). Pablo González Casanova: a construção de uma sociologia crítica.. 08/07/2016, de Encontro Anual da ANPOCS Sitio web: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8392&Itemid=429